



### **REQUERIMENTO 11/2025**

REQUER, AO PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DESTA CASA, QUE ENVIE OFÍCIO AO PODER EXECUTIVO, PARA QUE O PREFEITO APRESENTE ESCLARECIMENTOS SOBRE AS DECLARAÇÕES PRESTADAS NO ÂMBITO DO PROCESSO JUDICIAL Nº 0801142-45.2025.8.14.0040.

**AUTOR: LÉO MÁRCIO.** 

Senhor Presidente,

Senhores (a) Vereadores (as),

Venho, com base nos artigos 202 e 206, VI, do Regimento Interno desta Casa, REQUERER, após cumprido o devido rito regimental desta respeitável Casa de Leis, que a Mesa Diretora expeça Ofício ao Poder Executivo Municipal, para que o Sr. Prefeito Municipal apresente esclarecimentos sobre as declarações prestadas no âmbito do processo judicial nº 0801142-45.2025.8.14.0040.

Assim sendo, após cumprido o devido rito regimental desta respeitável Casa de Leis, solicito o encaminhamento desta indicação ao Excelentíssimo Senhor Prefeito AURÉLIO RAMOS DE OLIVEIRA NETO.





### **JUSTIFICATIVA**

Nobres Vereadores, na última semana, tornou-se público alguns trechos de uma audiência que ocorreu no âmbito do processo de nº 0801142-45.2025.8.14.0040, que figuram como partes o Sindicato de Saúde de Parauapebas e o Município. Na ocasião, o Sr. Prefeito Aurélio Goiano externou ao Juiz de Direito que "[...] tem vereador que veio me pedir que eu mantivesse dentro do PSS 120 pessoas... outro pediu 90..." – sic.

As falas do Sr. Prefeito ecoaram nas redes sociais e, por certo, a população está solicitando respostas e esclarecimentos sobre a referida situação.

Dito isso, considerando que as palavras do Sr. Prefeito referenciaram os vereadores desta Casa – e lavando-se em conta que nós somos parlamentares eleitos pelo povo para representá-los e servir como voz e ouvido de nossa população, faz-se por bem requerer esclarecimentos sobre a situação.

Além do mais, <u>diante da necessidade de manter a harmonia e a transparência entre os Poderes Executivo e Legislativo, solicitamos que sejam prestadas informações sobre o contexto da referida declaração</u>, bem como eventuais esclarecimentos advindos do Sr. Prefeito que possam ajudar a evitar interpretações equivocadas por parte de terceiros.

Reforçamos que o presente Requerimento não têm caráter contencioso, mas visa tão somente esclarecer eventuais dúvidas da população, assim como garantir a integridade institucional desta Casa Legislativa.





Ademais, é importante frisar que o presente pedido está intimamente ligado ao direito de fiscalização que é inerente à Câmara Municipal, uma vez que todos os Poderes estão submetidos aos princípios de publicidade, transparência e moralidade, entabulados constitucional e legalmente, especialmente quando há repercussão pública, mostrandose que todos os poderes municipais estão de mãos dadas em prol da população parauapebense.

Por fim, ressaltamos que esta Casa de Leis sempre pautou sua atuação na legalidade, impessoalidade, moralidade e transparência, prezando pelo interesse público de toda sociedade e jamais entabulando qualquer diálogo ou conduta que sugerisse favorecimento indevido.

Pelo exposto, apresento o Requerimento em tela para a votação dos nobres pares, com fins de que o Prefeito Municipal esclareça a declaração em questão, expondo o contexto a que se referia quando externou a fala e, especialmente, para que garanta transparência e publicidade à população de nossa cidade.

Ante o exposto, diante da importância do tema aqui tratado, coloco o presente REQUERIMENTO em votação e CONCLAMO aos Nobres Vereadores a respectiva APROVAÇÃO, com ulterior envio do documento ao Poder Executivo Municipal.

Câmara Municipal de Parauapebas (PA), 27 de fevereiro de 2025.

O presente requerimento vai assinado de modo digital pelos vereadores que abaixo subscrevem:



